

SEMINÁRIO FESPSP: “CIDADES CONECTADAS: OS DESAFIOS SOCIAIS NA ERA DAS REDES” - 17 A 20 DE OUTUBRO DE 2016.

GT 14 TRABALHO E TRABALHADORES

TEMPOS DE NÃO TRABALHO: PERCEPÇÕES E USO DO TEMPO PARA O TRABALHADOR NA CIDADE DE SÃO PAULO.

¹AUTOR: MARCOS VERÍSSIMO DE SOUZA JÚNIOR (FESPSP)

RESUMO: A partir da industrialização, e da massificação dos trabalhadores nos centros urbanos dos países capitalistas, que a questão do tempo e a coerção por ele exercida aparecem, de forma evidente, a ponto de modificar os vários aspectos da vida dos trabalhadores, inclusive, fora do ambiente de trabalho. Para pensar essa questão, esta pesquisa teve por tema as questões do tempo no mundo do trabalho e como este tempo, despendido na esfera do trabalho, atua no tempo de não trabalho. O objeto e o recorte a ser pesquisado é o trabalhador do comércio varejista da cidade de São Paulo. Este recorte nos permitiu ouvir o trabalhador do segundo maior segmento de ocupação trabalhista na cidade de São Paulo (MTE, 2014). O objetivo principal da pesquisa foi compreender quais os usos do tempo por parte do trabalhador do comércio de São Paulo e como a jornada de trabalho afeta o uso e percepções do tempo pós-jornada de trabalho. Teve-se por objetivos específicos: analisar os usos do tempo por parte do trabalhador, verificando como o trabalhador do comércio da cidade de São Paulo se organiza e age com relação às obrigações do cotidiano; qual seria o seu ideal para jornada de trabalho; e verificar questões pertinentes à percepção das pautas que abordam a questão da jornada de trabalho. A metodologia da pesquisa realizada foi qualitativa, com a realização de seis entrevistas semiestruturadas, com três trabalhadores de shopping e três trabalhadores de lojas fora de shopping.

¹ Este trabalho é resultado de pesquisa realizada no âmbito do PIBIC FESPSP entre os anos de 2015 e 2016, sob a orientação da Profa Dra Carla Regina Mota Alonos Diéguez. Graduando em Sociologia e Política. FESPSP – Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo – e-mail: jr_verissimo@hotmail.com.

PALAVRAS-CHAVE: Tempos de Não Trabalho. Comerciantes. São Paulo.

APRESENTAÇÃO

O tempo é uma das dimensões mais enigmáticas que existem. Segundo o sociólogo alemão Norbert Elias (1998), o tempo é uma construção social, que por possuir um alto grau de adequação com a realidade, acaba sendo naturalizado na vida humana. Esta naturalização do tempo e suas divisões e subdivisões como os dias, horas e segundos, mesmo que construídos socialmente, geralmente, são pensados e estudados no âmbito das ciências físicas, o que nos leva a pensar que a duração das subdivisões do tempo é um dado da natureza.

A forma como medimos o tempo, ou seja, o relógio, pode até ser visto como produto de um processo físico e mecânico que acompanha sequências-modelos que possuem recorrência regular (ELIAS, 1998), porém, a coerção exterior que ele exerce em cada indivíduo que compõe a sociedade é uma questão social. É a partir da revolução industrial e da massificação dos trabalhadores nas grandes cidades que esta coerção fica mais evidente na sociedade. É no mundo do trabalho que o tempo passa a ser objeto de organização científica e mecanizada.

No modo de produção capitalista os usos do tempo ficaram divididos entre duas esferas, o tempo de produção (trabalho remunerado) e o tempo de reprodução (descanso, família, lazer etc.) (KREIN, 2007). Nesta pesquisa utilizamos o tempo de reprodução como tempo de não trabalho para diferenciar do tempo de produção ou tempo gasto durante a jornada de trabalho. Para tanto, é necessário destacar que no tempo de reprodução existe trabalho não remunerado como afazeres domésticos, cuidado com as crianças, família etc., este ponto levanta outra questão relacionado ao gênero, já que este trabalho doméstico é, em geral, atribuído às mulheres, questão que será analisada neste artigo.

Com intuito de encontrar e analisar percepções sobre o tempo de não trabalho este projeto foi realizado com metodologia qualitativa. Utilizamos o recurso de entrevista com roteiro semiestruturado. A quantidade de entrevistas foi de seis entrevistas, sendo, três de cada sexo (masculino e feminino), isso para que seja

possível uma comparação em relação às percepções sobre o tempo tendo, também, como parâmetro o gênero dos entrevistados.

Os trabalhadores escolhidos para as entrevistas foram da área do comércio, por duas questões. A primeira com relação à alta representatividade numérica dos trabalhadores deste setor na cidade de São Paulo, pois, segundo pesquisa do Ministério do Trabalho e Emprego de 2013 sobre emprego nas regiões metropolitanas, o setor de comércio é o segundo maior com 18% das ocupações dos trabalhadores na região metropolitana de São Paulo, atrás apenas, do setor de serviços que representa 45% das ocupações. Já em pesquisa realizada somente no município de São Paulo, feita pela Fundação SEADE em 2003, mostrou que o setor de comércio representa 27,5% das ocupações, ficando atrás novamente do setor de serviços que representa 47% das ocupações, o que demonstra a relevância numérica do setor para a pesquisa, em termos de representação. A segunda reside no fato destes trabalhadores, em geral, possuírem jornada fixa de trabalho, já que o maior setor de ocupação, o chamado setor de serviços, na cidade de São Paulo possui jornada difusa e específica para cada tipo de serviço prestado e oferecido, dificultando a análise das percepções dos trabalhadores. Estes fatores levaram a recortar o objeto nos trabalhadores do comércio e a sua relação com a jornada de trabalho..

O roteiro de entrevista semiestruturada foi formado por blocos básicos, como dados sócioeconômicos; percepções do tempo fora do trabalho com relação a estudo, deslocamento, afazeres domésticos, descanso e outros; visão sobre as pautas sindicais sobre a jornada de trabalho; e como seria a jornada ideal e o que faria com mais tempo livre. Esses pontos foram abordados com o objetivo de conhecer os usos do tempo por parte dos trabalhadores e como a jornada de trabalho afeta o uso e percepções do tempo pós-jornada de trabalho. Buscou-se compreender como o trabalhador percebe os tempos usados para o trabalho fora da jornada, o descanso, o lazer, os estudos e por fim verificar qual seria a jornada ideal no ponto de vista destes trabalhadores. Com esse debate levantamos alguns problemas e questões: o que seria a jornada de trabalho ideal do ponto de vista do trabalhador paulistano? O trabalhador considera importante a redução da jornada?

Como ele vê e percebe os tempos de não trabalho? Como as trabalhadoras e trabalhadores percebem a divisão sexual do trabalho doméstico? O que o trabalhador faria caso a jornada fosse reduzida? Como ele percebe os tempos de deslocamento e com o tempo gasto com qualificação profissional e educacional para o trabalho?

O recorte espacial na cidade de São Paulo traz consigo outros fatores específicos dos trabalhadores desta metrópole com relação ao tempo, como tempo de deslocamento, tanto para o trabalho, como para áreas de lazer, percepção acelerada do tempo e a alta competitividade entre os trabalhadores no mercado de trabalho, o que abarca a exigência de estar sempre trabalhando ou se atualizando profissionalmente com cursos e atividades educacionais voltadas para o trabalho.

METODOLOGIA

Foi utilizada a metodologia qualitativa, com o uso de entrevistas semiestruturadas. Foram entrevistados seis trabalhadores do comércio, sendo três mulheres, duas do comércio de rua ou fora de shopping, e uma comerciária de loja de shopping, e três homens, dois comerciários de shopping e um de loja de rua .

No campo houve muita dificuldade para conseguir entrevistas fora do ambiente de trabalho, assim, os contatos e entrevistas foram feitos nas lojas de rua ou em shoppings, procurando lojas em que tivesse somente um trabalhador, para melhor ouvi-lo e entrevista-lo, com exceção de um pesquisado que aceitou ser entrevistado fora do local de trabalho em um dia de folga.

A princípio foi utilizado na pesquisa o diário de uso de tempo. O diário continha uma tabela com os horários, nos quais o pesquisado preenchia as atividades do dia. Houve, porém, dificuldade para o preenchimento do diário de uso do tempo, visto que levava muito tempo para o preenchimento e os pesquisados demoravam em devolver. Para dar continuidade a pesquisa, optei não utilizar mais o diário, pois necessitava de mais tempo para aplicação e explicação ao entrevistado sobre o preenchimento.

O perfil socioeconômico dos entrevistados consiste em cinco trabalhadores que moram em diferentes regiões da cidade de São Paulo e um

morador da cidade de Barueri, mas que trabalha em São Paulo. Dois entrevistados disseram morar próximo ao local de trabalho, e conseguem ir a pé ao trabalho, vale ressaltar que estes dois trabalhadores trabalham no comércio fora de shopping, visto que os demais entrevistados do comércio de shopping disseram gastar em média de 1 hora a 1h:30min no transporte para o trabalho, isto devido ao fato da região em torno do shopping ser valorizada elevando o preço dos imóveis, dificultando para este segmento dos trabalhadores conseguir moradia próxima ao local de trabalho. A faixa de renda apontada pelos entrevistados era de 2 a 4 salários mínimos, sendo que dois trabalhadores, E1 e E2, que disseram ganhar mais do que dois salários mínimos ocupam o cargo de gerência na loja onde trabalham, os demais disseram receber até dois salários mínimos, sem contar as bonificações por vendas que são variáveis. Quatro entrevistados disseram ter filhos, sendo que apenas um era criança abaixo dos cinco anos, o que exige maior tempo e atenção dos adultos. Quatro entrevistados declararam serem casados, um separado, e uma entrevistada solteira. Para melhor visualização os dados foram organizados nas tabelas abaixo.

Tabela 1: Perfil das Trabalhadoras Entrevistadas

ENTREVISTADAS	E4	E5	E6
CATEGORIAS			
FILHOS MAIORES DE 5 ANOS			
CASADA			
FORA DE SHOPPING			
EM SHOPPING			
MAIS DE 40 ANOS			
ENTRE 20 E 30 ANOS			
FILIADA A SINDICATO			
ENTRE 1 A 2 SALÁRIOS MINÍMOS			

Tabela 2: Perfil dos Trabalhadores Entrevistados

ENTREVISTADOS CATEGORIAS	E1	E2	E3
	FILHOS MAIORES DE 5 ANOS		
FILHOS MENORES DE 5 ANOS			
CASADO			
FORA DE SHOPPING			
EM SHOPPING			
MAIS DE 40 ANOS			
ENTRE 20 E 30 ANOS			
ENTRE 1 A 2 SALÁRIOS MINÍMOS			
ENTRE 2 A 3 SALÁRIOS MINÍMOS			

A jornada de trabalho do shopping difere da jornada de trabalho das lojas fora de shopping. A jornada no shopping é, geralmente, feita na escala de seis dias de trabalho por um dia de folga, revezando entre eles uma folga de domingo no mês, os vendedores trabalham seis horas por dia com um intervalo de 30 min. intrajornada para refeição, já os que trabalham como gerentes, caso dos entrevistados E1 e E2, trabalham de segunda a sábado com jornada de oito horas diárias com 1h. intrajornada para refeição. Já os trabalhadores de lojas fora de shopping trabalham de segunda a sexta com jornada de 8hs por dia, sem contar o intervalo intrajornada, com exceção do E3 que trabalha 7hs por dia, sem contar o intervalo intrajornada, e 6hs no sábado.

LUTAS EM TORNO DA JORNADA DE TRABALHO

Segundo Marx (2008), no sistema capitalista, os donos dos meios de produção compram do trabalhador a sua força de trabalho diário, ou seja, para o capitalista a força de trabalho dura 24 horas por dia, deduzidos apenas os tempos de descanso que são essenciais para a renovação da força de trabalho.

O capitalista compra a força de trabalho pelo valor diário. Seu valor-de-uso lhe pertence durante a jornada de trabalho. Obtém, portanto o direito de fazer o trabalhador trabalhar para ele durante um dia de trabalho. Mas que é um dia de trabalho? Será menor do que um dia natural da vida. Menor quanto? O capitalista tem seu próprio ponto de vista sobre esse extremo, à fronteira necessária da jornada de trabalho. Como capitalista, apenas personifica o capital. Sua alma é a alma do capital. Mas o capital tem seu próprio impulso vital, o impulso de valorizar-se, de criar mais-valia, de absorver com sua parte constante, com os meios de produção, a maior quantidade possível de trabalho excedente. (MARX, 2008, p. 271)

Deste modo, para o capitalista, o operário é visto apenas como força de trabalho e a jornada de trabalho, o seu valor de uso. O trabalhador, por sua vez, acaba se alienando, tanto do produto do seu trabalho, como do seu tempo de vida. A alienação o transforma em mercadoria apropriada pelo o capital que faz uso do seu direito de comprador ao estender a jornada de trabalho pelo máximo de tempo possível.

Neste contexto as lutas em torno da jornada de trabalho percorrem a história das organizações trabalhistas e sindicais até os dias de hoje. O trabalhador como vendedor do seu tempo de trabalho luta para limitar a extensão da jornada a uma duração normal, restringindo a exploração e a extração do sobretrabalho promovida pelo capitalista. Para Ricardo Antunes (2003), a reivindicação da redução da jornada de trabalho, além de ser uma das mais importantes no mundo do trabalho, tem sido central, ou condição preliminar, para uma vida emancipada.

A primeira questão e problema a ser colocado são as lutas já travadas em torno da redução da jornada, com intuito de aumentar os tempos de não trabalho pela classe trabalhadora. Em 1868 um texto de Eugène Tarteret² elaborado para a

²Eugène Tarteret era marceneiro e membro da comissão sobre a redução da jornada de trabalho do Congresso de Bruxelas (1868), que produziu o texto, que pode ser encontrado no livro:

primeira Internacional já tratava da luta para a redução da jornada de trabalho, e da importância da redução a fim de criar tempo livre para o trabalhador. O autor alertava que a redução da jornada era considerada condição indispensável para a organização dos trabalhadores e a criação da solidariedade entre eles.

No Brasil, segundo Ana Cardoso (2009), a partir de 2002 os movimentos sindicais criaram a campanha nacional pela redução da jornada de trabalho de 44 horas, como previsto no artigo 7º da Constituição, para 40 horas semanais. Ela também aponta que, desde então, o tema da redução da jornada está presente na pauta dos sindicatos, porém, o protagonismo dele oscila conforme temas mais urgentes surjam na pauta dos trabalhadores, geralmente, ligadas a ameaças de demissões em massas, aumento de salários e melhores condições de trabalho.

Como essa categoria e os pesquisados trabalham em média entre 36 a 42 horas por semana, a pauta de redução para 40 horas semanais, não desperta muito o interesse destes trabalhadores. Apenas um deles disse conhecer a proposta de redução da jornada. O que não significa que eles não resistam ou não concordem com a pauta, porém, estes trabalhadores se mostram desorganizados e sem uma perspectiva de classe com relação à luta que enfrentam no dia a dia para melhores condições de trabalho.

Entre os entrevistados observamos o distanciamento deles com relação às atividades sindicais, sendo apenas um sindicalizado, os demais disseram não acompanhar as pautas do sindicato e todos se disseram insatisfeitos com a atuação dos sindicatos da categoria.

Um dos pontos que pode explicar esse distanciamento das pautas da categoria é transitoriedade que o trabalho no comércio tem para estes pesquisados. Quando perguntamos sobre a trajetória no comércio os entrevistados relataram que a atividade no comércio tinha um caráter passageiro, já que existe a facilidade de se conseguir emprego nessa área na cidade de São Paulo.

“Na verdade foi assim...foi um começo né? Questão de precisar de uma colocação profissional...aí as pessoas optam por vir pro shopping mesmo...eu fiz umas outras coisas, mas depois acabei

voltando pro comércio, por opção mesmo, de ser o mais fácil de conseguir e de até ter uma renda um pouco mais elevada antes de terminar a graduação esse é o motivo mesmo.” (E1, 20/07/2016).

A maioria disse não ter a atividade do comércio como opção principal para sua trajetória profissional e que viam nesta atividade uma possibilidade de conseguir renda para financiar estudos ou para conseguir montar o seu próprio negócio. Com exceção de apenas um entrevistado que disse ter a atividade de comerciante como profissão principal sem pensar em sair do comércio até aposentar.

Assim, o próprio distanciamento que os trabalhadores possuem com a atividade no comércio, já que ela é uma ocupação vista como passageira, pode afastar o interesse pelas pautas da categoria.

A INTENSIDADE DO TEMPO DE TRABALHO

Karl Marx (2008) mostra que o capital está voltado a explorar o tempo de trabalho excedente, ou seja, gerar mais-valia o máximo possível. A mais-valia é a produção excedente realizada pelo trabalhador, ou seja, quando o trabalhador produz o necessário para a sua subsistência e passa, a partir daí, a produzir excedente para o capitalista. Para o capitalista quanto maior o tempo de trabalho, maior será a taxa de mais-valia, ou de trabalho excedente, que é apropriada por ele. Marx distingue a mais-valia absoluta, aquela produzida pela extensão da jornada e a mais-valia relativa, aquela que diminui os tempos de produção através da tecnologia ou da diminuição do custo e do tempo para reprodução do trabalhador, ou seja, ter o trabalhador a disposição por mais tempo para o trabalho excedente. Assim, quando os tempos de trabalho percorrem também os tempos de não trabalho, ele está gerando cada vez mais lucro ao capitalista.

Uma das formas dos tempos de trabalho entrar nos tempos livres do trabalhador é a intensificação do trabalho durante a jornada. Intensidade do trabalho é quando as mudanças organizacionais, mecanismos, tecnologia ou a falta dela exigem maior desgaste e envolvimento físico ou psicológico por parte do trabalhador, não necessariamente aumentando a produção, às vezes servindo para que a

produção não diminua (DAL ROSSO, 2008). Para Antunes (2003), os sentidos de tempo fora do trabalho dependem dos sentidos do tempo de trabalho, ou seja, mesmo que a jornada seja reduzida, a intensidade do trabalho precisa diminuir e ser menos opressora. Quanto mais intenso for o trabalho, maior o tempo necessário para repor a força de trabalho e criar tempo real de não trabalho.

Cardozo (2009), ao analisar a situação vivida pelos trabalhadores da França que tiveram a jornada semanal reduzida de 39 horas para 35 horas semanais em 1997, verificou que boa parte dos trabalhadores não perceberam mudanças na percepção do tempo livre após a redução da jornada. Primeiro, os trabalhadores franceses, de forma geral, não tinham a redução para 35 horas como uma demanda própria e sim dos sindicatos; outro ponto, a flexibilização da jornada, com o uso banco de horas e horas extras, fez com que em algumas situações os tempos de trabalho aumentassem ao invés de diminuir. Com a flexibilização o trabalhador perde, também, a autonomia com relação ao tempo de não trabalho, já que o tempo do banco de horas, na maioria das vezes, só é utilizado em épocas de baixa produção, ou seja, quando o empregador achar melhor, fazendo com que os tempos de não trabalho sejam utilizados para realização das mesmas coisas feitas antes da redução da jornada, já que o trabalhador não consegue dispor do tempo livre da forma como quiser. Outro fator apontado é que a intensidade do trabalho aumentou através da diminuição dos tempos de intervalo e descanso intrajornada, o que demanda mais tempo de descanso e de reposição da força de trabalho. Assim, o tempo de trabalho começa a entrar nos tempos de não trabalho, mesmo que este tempo “livre” aumente.

No caso dos pesquisados essa questão ganha uma particularidade que diz respeito ao trabalho do comércio, visto que no comércio o trabalho acompanha o ritmo dos consumidores, ou seja, possuem horários e temporadas de pico, e tempos de ociosidade. Essas variações de intensidade geram no trabalhador um desconforto no trabalho, expressa nesta fala.

“Na verdade quando tem pouco cliente ou quando não tem muito serviço à gente fica um pouco ocioso, então a gente, eu me sinto mais cansado nesses dias” (E4, 31/07/2016).

Este depoimento revela uma sensação de tempo entediado durante a jornada de trabalho. O tempo entediado difere de tempo livre como diz Adorno.

O tédio existe em função da vida sob a coação do trabalho e sob a rigorosa divisão do trabalho. Não teria que existir. Sempre que a conduta no tempo livre é verdadeiramente autônoma, determinada pelas próprias pessoas enquanto seres livres é difícil que se instale o tédio; tampouco ali onde elas perseguem seu anseio de felicidade, ou onde sua atividade no tempo livre é racional em si mesma, como algo em si pleno de sentido. O próprio bobear não precisa ser obtuso, podendo ser beatificamente desfrutado como dispensa dos autocontroles. Se as pessoas pudessem decidir sobre si mesmas e sobre suas vidas, se não estivessem encerradas no sempre-igual, então não se entediariam (ADORNO, 1995, p. 76).

O tempo entediado durante a jornada dos comerciários e a variação da intensidade do trabalho que não depende da atitude do trabalhador e sim da demanda do trabalho, gera uma angústia não só pelo tempo ocioso, como também pela falta de vendas, visto que o salário é complementado pela comissão ganha pelas vendas. Esta questão no trabalho do comerciário intensifica o tempo vivido durante a jornada, visto que desgasta física e psicologicamente o trabalhador, gerando cansaço, como dito na fala do trabalhador e como pontua Sadi Dal Rosso (2008), mesmo que a produção de trabalho não aumente, apenas intensifica a tensão e expectativa durante a jornada por parte do trabalhador.

A QUESTÃO DO TEMPO “LIVRE”

Em texto escrito para analisar a questão do tempo livre, Adorno (1995) busca aprofundar esta questão ao sugerir o tempo livre apenas como um apêndice do tempo de trabalho.

A distinção entre trabalho e tempo livre foi incutida como norma à consciência e inconsciência das pessoas. Como, segundo a moral do trabalho vigente, o tempo em que se está livre do trabalho tem por função restaurar a força de trabalho, o tempo livre do trabalho – precisamente porque é um mero apêndice do trabalho – vem a ser separado desse com zelo puritano [...]. Por um lado deve-se estar concentrado no trabalho, não se distrair, não cometer disparates; [...] por outro lado, deve o tempo livre, provavelmente para que depois se possa trabalhar melhor, não lembrar em nada o trabalho. Esta é a

razão da imbecilidade de muitas ocupações do tempo livre. Por baixo do pano, porém, são introduzidas, de contrabando, formas de comportamento próprias do trabalho, o qual não dá folga às pessoas (ADORNO, 1995, p. 73).

O dito tempo livre seria determinado pelo tempo de trabalho até nas formas como buscamos distração. Adorno (1995) faz a separação entre tédio e ócio, ao dizer que o ócio seria o produto de uma vida folgada e livre onde podemos escolher o que vamos fazer; já o tédio é o resultado de uma vida controlada pelo trabalho e pelas obrigações que ele nos impõe, a sensação de tédio existe quando, mesmo que fora do tempo de trabalho, não conseguimos fazer o que realmente desejamos fazer, ficando subordinados, seja ao descanso, seja a uma tarefa de lazer “industrializada” sem sentido, que não produz liberdade aos trabalhadores, pelo contrário serve apenas para produção do lucro da indústria do lazer e reposição da força de trabalho do operário. Se as pessoas conseguissem trabalhar com o que realmente querem trabalhar, produzindo o que gostam e desfrutando do produto do seu trabalho, elas jamais se entediariam, pois neste caso o tempo seria realmente livre.

Ainda assim, ao final do texto, Adorno (1995) demonstra que apesar de todas estas questões o tempo de não trabalho pode ser importante para a emancipação do trabalhador.

É evidente que ainda não se alcançou inteiramente a integração da consciência e do tempo livre. Os interesses reais do indivíduo ainda são suficientemente fortes para, dentro de certos limites, resistir à apreensão [Sfassung] total. Isto coincidiria com o prognóstico social, segundo o qual, uma sociedade, cujas contradições fundamentais permanecem inalteradas, também não poderia ser totalmente integrada pela consciência. A coisa não funciona assim tão sem dificuldades, e menos no tempo livre, que, sem dúvida, envolve as pessoas, mas, segundo seu próprio conceito, não pode envolvê-las completamente sem que isso fosse demasiado para elas. Renuncio a esboçar as conseqüências disso; penso, porém, que se vislumbra aí uma chance de emancipação que poderia, enfim, contribuir algum dia com a sua parte para que o tempo livre [Freizeit] se transforme em liberdade [Freizeit] (ADORNO, 1995, p. 80-81).

Por fim, neste trecho, Adorno (1995) esboça uma pequena esperança de que o tempo livre, se bem usado, pode contribuir para a consciência e emancipação

do trabalhador. Aumentar o tempo de não trabalho contribuiria para que esta possibilidade aumente.

Neste sentido, Domenico de Masi (2000) vai dizer que a sociedade se preocupou durante muito tempo para educar os jovens ao trabalho, da mesma forma agora, a sociedade precisa, em igual medida, educa-los ao ócio. De Masi (2000) sugere que o tempo de ócio pode ser produtivo, já que ideias criativas necessitam de tempo livre para serem geradas. Para ele não basta reduzir o tempo de trabalho em uma hora ou algo parecido, é preciso ter um tempo muito maior de não trabalho para que o trabalhador o perceba e consiga escolher o que realizar ou não com ele. Além deste tempo maior para o não trabalho precisamos criar uma cultura de ócio, onde o não trabalho seja visto como um valor e não como algo negativo. Aqui a proposta é diferente das anteriores citadas, já que não visa o fim do sistema de produção capitalista e sim uma conciliação mais humana com este modo de produção. Para ele, o ócio pode até trazer benefícios para o sistema, gerando qualidade de vida e de trabalho para ambas as partes.

Na pesquisa a maioria disse ter pouco tempo para o lazer e o descanso fora da jornada, e utilizam este tempo livre para atividades com a família. Todos disseram não vender os dias de férias, tirando 30 dias de férias no ano. Como a atividade do comércio possui períodos de alta e baixa demanda durante o ano, os entrevistados disseram que as próprias lojas preferem que se tirem os 30 dias em períodos de baixa procura no comércio, evitando férias nos períodos de alta procura, o que diminuiria a renda para o trabalhador já que parte da remuneração deles provém das bonificações por vendas.

Percebemos que o tempo de lazer e férias são diretamente afetados e administrados conforme a demanda do comércio. O período de Natal e Ano Novo são ressignificados pelo período de vendas. O trabalhador perde a autonomia sobre seu período de descanso e passa a seguir o ritmo e a demanda do trabalho.

De todo modo, o comerciário possui os 30 dias de férias e usufrui durante o período de 12 meses. Em outras categorias vender os dias de férias é um ato comum e usufruir todos os anos pode ser um problema. Assim, este período de férias, mesmo que tirado conforme o desejo do empregador, é muito importante para

recuperação e saúde do trabalhador do comércio e poder tirar estes 30 dias no ano é bem visto entre os entrevistados.

A PERCEPÇÃO DO TEMPO

Compreendendo o tempo de trabalho e não trabalho cabe destacar como o trabalhador percebe esses tempos e como ele vê a questão. Pesquisa realizada em 2012 pelo Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) juntamente com o IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre trabalho e tempo livre detectou que 45% dos trabalhadores pesquisados não conseguem se desligar totalmente do trabalho e 26% permanecem em prontidão, mesmo em casa, caso necessite realizar alguma atividade extra. Este tempo de prontidão ou de dedicação ao trabalho, mesmo fora da jornada de trabalho, demonstra que o trabalhador gera trabalho excedente, nem sempre remunerado, muitas vezes sem perceber que está fazendo. Aqui não estamos falando de tempo de lazer ou livre, mas de tempo voltado ao trabalho, que nem sempre fica claro ao trabalhador que é uma extensão da jornada.

No chamado capitalismo flexível, como diz Sennett (2005), é solicitado ao trabalhador, cada vez mais, se qualificar para o trabalho através de novos cursos, ampliação do currículo educacional com a realização de uma faculdade, aprender novas línguas e o que for preciso para que ele se torne multifuncional e apto para realizar diferentes tipos de tarefas. Alguns trabalhadores acabam aceitando esta imposição do capital com a ideia de que estão investindo em si mesmo ou assegurando a sua recolocação no mercado, caso necessite ou queira mudar de trabalho. Na verdade, o trabalhador está dedicando o tempo de não trabalho totalmente ao trabalho, é preciso entender se esta dedicação é clara ao trabalhador e se ele percebe assim a questão ou de outra forma. Entre os entrevistados, apenas dois realizam cursos de cunho profissional após a jornada de trabalho. Os cursos realizados não tem relação com o comércio, mas com outro ramo de atividade, o que demonstra o desejo de flexibilizar a sua atuação profissional em diferentes

ramos de atividades, a fim de conseguir se sair melhor no competitivo mercado de trabalho nas grandes cidades.

Com o recorte na cidade de São Paulo, além da busca por qualificação, outro fator fundamental na percepção da relação entre tempo de trabalho e tempo de não trabalho é o tempo gasto no deslocamento, já que a mobilidade urbana é um grande problema das grandes cidades. Segundo pesquisa do IPEA publicada em 2013 sobre tempo de deslocamento, São Paulo é a cidade do Brasil em que o trabalhador mais gasta tempo para chegar ao trabalho, em média 42,8 minutos. Cardoso (2009) mostra que o tempo usado para o deslocamento não é visto socialmente como tempo de trabalho, portanto, não é remunerado³, ainda que seja usado para o trabalho. Em sua pesquisa sobre o tema, Cardoso (2009) verifica que parte dos trabalhadores acredita que o tempo de deslocamento é um tempo livre, já que em alguns casos podem dormir, conversar, ler e se distrair durante o trajeto entre casa e trabalho, no caso daqueles trabalhadores que utilizam o transporte oferecido pela empresa; já outros pesquisados disseram perceber o tempo de trabalho a partir do momento em que acordam e começam a se arrumar para o trabalho, demonstrando diferentes percepções sobre o tema. Na cidade de São Paulo soma-se a isso o estresse do trânsito e a sensação de estar sempre atrasado, já que o horário de chegada ao trabalho é uma incógnita.

Durante a pesquisa, na questão sobre o tempo de transporte, também houve divergência nas respostas, já que era visto como tempo de trabalho por uns e por outros tempos de não trabalho. Um dos pesquisados disse:

“[...] acho que o dia de trabalho só termina quando você dorme você tem que pensar em meta em resultado é complicadinho [...] Na hora que a gente acorda né, a gente já começa a pensar nisso né?” (E1, 20/07/2016).

Outro, porém, disse iniciar o dia quando abre a porta da loja e terminar quando fecha. Isso demonstra que o trabalhador se organiza e age com relação ao cotidiano conforme a percepção do tempo e os ritmos de vida e os seus usos. Para uns, a extensão da jornada seja através de locomoção, estudo ou só do fato de estar

³ Salvo situações específicas listadas no artigo 58 da CLT, como acidentes durante o percurso ao trabalho e outras decisões tomadas na justiça trabalhista.

pensando em trabalho é mais clara, para outros a jornada fica restrita ao tempo que passa no local de trabalho.

Outra questão, igualmente importante, é a questão da divisão do tempo de trabalho entre os gêneros, já que a jornada da mulher é prolongada pelos serviços domésticos impostos socialmente a ela. Segundo a pesquisadora Taís Viudes de Freitas (2016), no ano de 2014 no Brasil, as mulheres ocupadas gastavam em média 21,2 horas semanais em atividades domésticas, já os homens 10 horas semanais, o que indica uma extensão de trabalho não remunerado para as mulheres no âmbito doméstico. Freitas (2016) aponta para a existência no imaginário social da ideia de um “saber feminino” para o trabalho doméstico, como algo naturalizado, mas que na verdade é algo aprendido desde a infância pelas mulheres, em sua socialização, passada pela família, avó, mãe e filha, como uma rede familiar feminina. Neste mesmo trabalho, Freitas (2016) demonstra que a participação masculina no trabalho doméstico vem aumentando entre os mais jovens, porém, continua sendo visto como uma “ajuda” ao serviço “naturalmente” atribuído as mulheres, fazendo com que a responsabilidade por este trabalho pós-jornada permaneça sob os cuidados femininos, gerando assim uma segunda jornada de trabalho para as mulheres dentro do seu tempo livre.

Quando perguntamos sobre a organização do tempo e dos afazeres diários, fica evidente a questão da dupla jornada realizada pelas mulheres, como na fala desta entrevistada.

“...quem é mulher dona de casa você chega tem roupa pra lavar, tem roupa pra passar, tem comida pra fazer, você nunca tá assim “zen”, [E o marido ajuda?]. Muito difícil, porque ele é zelador do prédio, então já é muita coisa pra cabeça dele. Lógico que eu acho que ele tem que me ajudar, porque, assim como eu trabalho fora ele também trabalha, então...” (E4, 26/07/2016).

Todos os entrevistados disseram contar com o trabalho feminino nas atividades domésticas, seja as próprias trabalhadoras entrevistadas, ou a mãe, tia, irmã ou esposa, formando a rede familiar feminina para o trabalho doméstico (FREITAS, 2016).

Dos três homens pesquisados, apenas um respondeu que procurava ajudar a esposa, dona de casa, em algum tipo de atividade doméstica que precisasse, os demais disseram descansar ou brincar com os filhos.

“Quando eu chego em casa eu ajudo a minha esposa, pra ver se ela precisa de alguma coisa, logo eu tomo banho, depois ajudo a minha filha e dou banho nela, depois eu faço a janta, se eu tiver com vontade de fazer a janta (risos), mas geralmente é a mulher” (E3, 31/07/2016).

O próprio uso da palavra “ajudar” já denota que este é um trabalho de responsabilidade das mulheres, cabendo ao homem apenas ajudar nesta tarefa. O entrevistado que respondeu ajudar nas atividades domésticas é, também, o mais novo dos entrevistados com 21 anos, o que demonstra o aumento da atividade masculina nas tarefas domésticas da nova geração, conforme apontado por Freitas (2016), mas que ainda continua muito pequena se comparada ao trabalho feminino nestas atividades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa buscou compreender como são feitos os usos do tempo por parte do trabalhador do comércio de São Paulo e como a jornada de trabalho afeta o uso e percepções do tempo pós-jornada de trabalho.

Sobre a jornada idealizada pelos pesquisados, houve variação nas respostas onde a maioria afirmou querer a redução da jornada de trabalho, porém, relataram o receio dessa medida diminuir o salário, como nesta fala.

“Eu acho que essa jornada que a gente tem seria o ideal, porque se a gente diminui você fica menos tempo na loja, você vende menos, aí você... tudo bem...você vai ter mais tempo aí você vai ganhar menos.”
(E2, 20/07/2016)

O fato do trabalhador do comércio receber parte da sua remuneração em forma de bônus por venda condiciona o trabalhador a querer permanecer mais tempo na loja para realizar vendas, porém a maioria disse que gostaria que a jornada fosse diminuída para ter mais tempo para o estudo, família e descanso e que não estão

satisfeitos com a duração da jornada e que acham a jornada de 6 horas diárias melhor para conciliar o trabalho e as demais atividades do dia.

Novamente a percepção e os usos do tempo influenciam nesta questão. As mulheres, por exemplo, que disseram continuar trabalhando quando chegam em casa, os que estudam ou querem outro tipo de trabalho responderam preferir diminuir a jornada, mesmo com a possibilidade de ganhar menos. Para eles, a jornada ideal seria de 4 a 6 horas por dia. Os que não realizam trabalho doméstico e pretendem continuar no comércio temem diminuir a jornada e assim reduzir a remuneração. A variação nas respostas reflete a variação nos ritmos e objetivos de vida destes trabalhadores e, também, nos seus usos.

A percepção sobre o tempo para o trabalhador passa por questões como as levantadas por Antunes (2003).

Com isso entramos em outro ponto que entendo crucial: uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Não é possível compatibilizar trabalho assalariado, fetichizado e estranho com tempo (verdadeiramente) livre. Uma vida desprovida de sentido no trabalho é incompatível com uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Em alguma medida, a esfera fora do trabalho estará maculada pela desefetivação que se dá no interior da vida laborativa (Antunes, 2003, p 174).

Podemos perceber, segundo os relatos, que o trabalho no comércio é para os pesquisados uma forma mais rápida de conseguir um emprego, pois não é um trabalho que necessite de nível superior e tem muitas oportunidades na cidade de São Paulo. Com isso os entrevistados relataram o trabalho no comércio como algo passageiro, com algumas exceções, e assim esperavam pouco desta profissão. A atividade de comerciário serve apenas como um lugar para se completar ou garantir a renda familiar e não como uma profissão ou uma carreira desejada pelos pesquisados. A maioria disse querer montar o seu próprio negócio ou mudar de área no futuro, usando este tempo no trabalho para cursar a faculdade ou outros cursos e até mesmo juntar dinheiro para o seu próprio comércio, não gerando o sentido necessário do trabalhador com a atividade laborativa (ANTUNES, 2003).

Portanto, verificamos como o tempo é uma questão de percepção por parte do trabalhador e reflete na forma como ele vê o trabalho e a vida pós-trabalho.

Quando o tempo de trabalho possui um sentido como profissão, a diminuição da jornada é vista com receio. Porém, quando o período de trabalho tem menos sentido para o trabalhador e o não trabalho é um prolongamento da jornada, seja na forma de trabalho doméstico ou cursando a faculdade, o tempo de trabalho pesa mais. O tempo livre se torna abreviado, insatisfatório, criando a necessidade de se distanciar do trabalho, até mesmo nas escolhas das atividades educacionais, que como podemos ver, diferem da atividade do comércio, embora sejam de cunho profissional. Assim, é preciso encontrar sentido no tempo de trabalho, para que exista uma vida cheia de sentido fora do trabalho. Para tanto, o tempo de descanso não pode ser somente privilégio dos homens, visto que as mulheres iniciam uma nova jornada dentro de casa, após o trabalho.

Além disso, o tempo de trabalho não deveria tomar quase todo o dia útil do trabalhador, se contar o tempo de deslocamento e locomoção. A redução da jornada só fará sentido se tocar nestes fatores, caso contrário, ela continuará camuflando a falta de sentido de um trabalho que retira tempo de vida e de vivência dos trabalhadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, T. W. **Palavras e Sinais**. Petrópolis: Vozes, 1995.

ANTUNES, R. **Os Sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 6ª ed. São Paulo: Boitempo, 2003.

_____. **A dialética do trabalho: escritos de Marx e Engels**. 1º ed. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Congresso Nacional: Brasília, 1988.

_____. **Consolidação das Leis Trabalhistas**. Congresso Nacional: Brasília, 1943.

CARDOSO, A. C. M. **Tempos de trabalho, tempos de não trabalho**: disputas em torno da jornada do trabalhador. São Paulo, Annablume, 2009.

DAL ROSSO, Sadi. **Mais trabalho!** São Paulo, Boitempo Editorial, 2008.

DE MASI, D. **O ócio criativo**. Tradução de Lea Manzi. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2000.

ELIAS, N. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1998.

FREITAS, Taís Viudes. **A quem serve a disponibilidade das mulheres? Relações entre gênero, trabalho e família**. Tese (Doutorado em Sociologia)–Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2016. 327 p.

IPEA – INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS; SIPS – SISTEMA DE INDICADORES DE PERCEPÇÃO SOCIAL. **Trabalho e Tempo Livre**. Disponível em: <<http://centrodepesquisaeformacao.sescsp.org.br/uploads/BibliotecaTable/9c7154528b820891e2a3c20a3a49bca9/173/13905197351997894793.pdf>>. Acesso em 04 Mai. 2015.

_____. **Tempo de Deslocamento Casa-Trabalho no Brasil**. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/TDs/td_1813.pdf>. Acesso em 17 Mai. 2015.

KREIN, José Dari. **Tendências recentes nas relações de emprego no Brasil: 1990-2005**. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico)–Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007. 345 p.

MARCELLINO, N; NASCIMENTO, R. **Notas sobre as possíveis contribuições de Theodor W. Adorno para estudos sobre o lazer**. Disponível em: <http://www.anima.eefd.ufrj.br/licere/pdf/licereV13N01_ar3.pdf>, acesso em 05 Mai. 2015.

MARX, K. **O Capital**. 25a edição, Rio de Janeiro Vol. I, Ed. Civilização Brasileira 2008.

MTE – MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO. **CAGED Anuário RAIS**. Disponível em: <http://bi.mte.gov.br/bgcaged/caged_anuario_rais/caged_anuario_rais_tela10.php>. Acesso em 04 Mai. 2015.

MUSTO, MARCELLO. **Trabalhadores, uni-vos!: Antologia Política da Primeira Internacional**. São Paulo: Boitempo, 2014.

SEADE – SISTEMA ESTADUAL DE ANÁLISE DE DADOS. **Trabalho Município de São Paulo**. Disponível em: <http://produtos.seade.gov.br/produtos/msp/emp/emp6_005.htm>. Acesso em 17 Mai. 2015.

SENNETT, R. **A corrosão do caráter : as consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

